

CEDI

CEDI - P. I. B.
DATA 06/11/87
COD. E2D00039

Parlamentares e Mineração em Terras Indígenas/87: entrevistas

Transcrição audio entrevistas gravadas em vídeo com parlamentares, no Congresso Nacional.

Equipe

direção : Celso Maldos

câmera : Evandro Martins Fontes

assistente de câmera : André Zalasick

entrevistador : Carlos A. Ricardo/Cedi

Local : Brasília, de 11 a 13/08/87.

Entrevistados

Dep. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ)/Dep. José Dutra (PMDB-AM) /

Dep. José Carlos Saboia (PMDB-MA / Sen. Severo Gomes (PMDB-SP)/

Dep. Octávio Elisio (PMDB-MG) /Dep. Alceni Guerra (PFL-PR) /

Sen. Ronan Tito (PMDB-MG).

P _ Deputada, qual é a importância do tratamento que foi dada à questão das minorias, em particular aos índios, nessa subcomissão?

SANDRA CAVALCANTI _ Olha, eu considero essa constituição, se ela tem alguma coisa que se possa chamar de progresso, de avanço na área social, e de alargamento de garantias individuais e coletivas, nós vamos encontrar isso exatamente nos pontos referentes às minorias, os índios, a população de raça negra, as pessoas portadoras de deficiências físicas, os idosos e os menores. É nesse particular que a gente pode dizer que o texto constitucional avançou muito em relação aos textos passados, teve um tratamento muito bom. A última versão, que é esse nosso trabalho chamado Hércules, essa última versão garantiu a espinha dorsal de todas as minorias. Nós conseguimos não fazer um capítulo separado, grande, pelo contrário, os capítulos diminuíram, e os títulos diminuíram, mas nós conseguimos inserir nos locais certos, as garantias que precisavam ser asseguradas, nos direitos individuais, nos direitos coletivos, no acesso à educação, no acesso à saúde, na defesa da propriedade e do uso da terra. E no caso específico dos índios, a presença da União ao lado deles, protegendo o uso e a posse da terra, os seus costumes, as suas tradições, e todas as vezes que os interesses deles estiverem em jogo, eles terão ao lado deles, o Ministério do Trabalho.

P _ O parecer do dep. Alceni Guerra foi aprovado por unanimidade, as reações vieram depois, a senhora consegue identificar, no plano dessas reações, alguma proposta articulada, de como afinal, esses setores acham que a questão indígena deveria ser (.....)

SANDRA CAVALCANTI _ Olha, eu tenho a impressão que o trabalho do relator foi muito bom, mas a gente já sabia desde o começo que essa forma de fazer a constituição que nós escolhemos, de vir de baixo, decantando, era uma forma que obrigaria a condensação e ao enxugamento do texto. Eu acho que todos os objetivos da subcomissão estão

amplamente garantidos e mantidos nesse texto.

P _ Outra pergunta: com relação à essas denúncias no jornal "O Estado de S. Paulo", apontando à respeito de uma conspiração internacional. A senhora acha verossímil essas denúncias que estão sendo feitas ao CIMI, e essa conspiração internacional?

SANDRA CAVALCANTI _ Eu confesso à voce, que eu andei tão mergulhada nesse nosso trabalho, que nem acompanhei milímetro por milímetro, nem me aprofundei nessa questão, mas eu aprendi na vida pública uma coisa que tem me valido muito: nunca vi uma lei, uma proposta de lei que envolva interesses, terra, lucros, ouro, jazidas; nunca vi nada disso caminhar sem esse tumulto, porque os interesses são muito grandes. O índio, nesse episódio está apenas servindo de pretexto para uma outra briga que provavelmente, no decorrer do debate vai vir à tona.

P _ O dispositivo mais atacado nesse projeto, é o que estabelece o privilégio da União na pesquisa e lavra de minério em área indígena. A senhora acha que esse dispositivo traduz uma visão estatizante da (.....)?

SANDRA CAVALCANTI _ Não, esse dispositivo é mais amplo do que ele parece, a União tem o monopólio da exploração, ela tem esse direito mas ela tem porque ela é a tutora da população indígena no Brasil, é nessa condição que ela é. Nada impede que amanhã ela faça um (.....), um acerto, um contrato com uma empresa nacional, privada, mas a União estará ali o tempo todo, em nome daquela população indígena, tomando conta daquele episódio. Eu não vejo nisso uma estatização obrigatória, e acho mesmo que se houver a possibilidade de uma empresa privada, autorizada devidamente pela União, explorar uma jazida numa área indígena, a União vai zelar para que o artigo da constituição seja cumprido, quer dizer, que a população indígena participe dos lucros, das vantagens, das oportunidades. Essa que é a preocupação de nós todos e temos a certeza que é a da União tam

bém.

P _ Ficou uma última questão, é uma outra questão sobre (.....) é sobre a fronteira. A senhora acha que a presença de índios nas fronteiras nacionais constitui uma ameaça à integridade territorial, à segurança?

SANDRA CAVALCANTI _ Se nós só tivéssemos fiscalização das fronteiras nas áreas onde os índios ocupam as fronteiras, eu diria estaria havendo uma desconfiança em relação ao comportamento dos índios, mas nós temos faixas de fronteira ocupadas por brasileiros, brancos, com 400 anos de vinda para o Brasil, todo o sul, e estão as guarnições de fronteira tomando conta de fronteiras onde estão brasileiros exercendo toda sorte de atividades e ninguém está pondo em dúvida a honorabilidade desses brasileiros, não vejo isso por esse lado.

P _ O senhor acha que todos os interesses do Amazonas estão (.....) na Constituinte, tal como os trabalhos que estão sendo desenvolvidos até esse momento?

DEP. JOSÉ DUTRA _ Não, em razão da nossa diminuta força política, ainda não conseguimos atingir, à nível de futura Constituição, os objetivos que nós perseguíamos. Um deles, o mais importante, é no sentido da reforma tributária, que no nosso entender deve contemplar, de forma diferenciada, os estados da Amazônia legal. Em segundo lugar, nós buscamos uma fatia específica do orçamento nacional, isto é, 5% da receita tributária decorrente do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados. De maneira que se não conseguirmos atingir esse objetivo, a Amazônia estará fatalmente prejudicada para o futuro.

P _ Qual a importância que o senhor vê na questão dos minerais existentes na Amazônia (.....)?

JOSÉ DUTRA _ Os minerais representam hoje pra Amazonia, a grande esperança, é a maior riqueza de que desfruta a Amazônia, para garan-

tir e respaldar o seu processo de desenvolvimento futuro. Se nós não conseguirmos colocar na Constituição, um dispositivo que permita a exploração das riquezas minerais amazônicas, nós também não teremos com certeza, uma grande perspectiva futura no sentido de promovermos o desenvolvimento da área.

P _ Inclusive dentro das terras indígenas?

JOSÉ DUTRA _ Sem dúvida, porque 19,6% da Amazônia, consiste em terras indígenas; então nessas terras indígenas, estão vamos dizer, o filé do potencial mineral brasileiro. E nós temos que incrustar na Constituição, um dispositivo que permita a exploração mineral nessas terras indígenas, obviamente sob controle da União, e explorados ou pela União, ou pela empresa privada nacional. Eu não consigo conceber que a empresa multi-nacional possa fazer exploração mineral nessas terras indígenas. Por uma questão de patriotismo, eu entendo que as empresas mineradoras brasileiras terão muito mais cuidado com o nosso índio, com o nosso silvícola que aquela que vem de fora. Defendo a tese também de que, para a exploração mineral dentro das terras indígenas, só será possível com a aquiescência das comunidades indígenas. Mais do que isso, eu defendo também a participação dos silvícolas, (.....) através de royalties, na exploração dessas reservas minerais. Sem esses tres fatores eu não entendo, vamos dizer assim, viável e patriótica a exploração mineral em terras indígenas.

P _ O senhor tem conhecimento de alguma experiência já em curso, que digamos, inspira a sua proposta?

JOSÉ DUTRA _ Tenho. Eu tenho a experiência decorrente de um pacto de honra celebrado entre a Paranapanema e os índios Tucano do alto rio Negro. É, vamos dizer assim, um pacto que consistia em a Paranapanema pagar 5% da produção bruta, o que vinha representar 40% da produção líquida, em espécie para essa comunidade indígena, com os quais recursos, eles estariam resolvendo os seus problemas de saú-

de, de educação, de transporte, agricultura, etc., de maneira que mantendo as suas tradições, os seus costumes, eles pudessem desfrutar de uma vida menos sofrida do que aquela que experimentam hoje.

P _ Por acaso o senhor esteve diretamente na área?

JOSÉ DUTRA _ Não, eu estive com um grupo de Tucano, e também um grupo de índios de outras tribos do Alto Rio Negro, que vieram à Brasília, exatamente dizer o que queriam, através de um documento que foi entregue ao presidente da Constituinte, ao relator da comissão de sistematização, dep. Bernardo Cabral, e ao Ministro das Minas e Energia. Nesse documento, em síntese, eles dizem que querem a sua autodeterminação, eles querem dirigir o seu futuro, e para dirigir o seu futuro, eles se arrimam em cima de todas as tribos do Alto Rio Negro.

P _ Agora, até esse momento, a segunda (.....) do relatório da comissão de sistematização, confere à mineração nas terras indígenas, o privilégio da União, o senhor acha que essa proposta não (.....) digamos, o controle nacional sobre essas reservas, e a possibilidade de exploração delas?

JOSÉ DUTRA _ Não, ela é altamente prejudicial. É o artigo 427 do projeto da comissão de sistematização. Esse projeto não diz só que é privilégio da União, ele diz também que só serão explorados os minérios nas terras indígenas, quando não forem conhecidas outras reservas exploráveis no resto do país. Ora, isso significa o quê? Significa a não exploração mineral na Amazônia, e particularmente nas terras indígenas, e significa mais do que isso: significa a amputação das pernas da Amazônia na sua caminhada em busca do desenvolvimento. Por isso nós somos frontalmente contra o artigo 427, pedi através de emenda a supressão dele do texto do anteprojeto da comissão de sistematização, como um mecanismo de luta e apresentei uma nova emenda, dando uma nova dimensão ao artigo, para que nós possamos ter condições de negociação dentro da Assembléia Nacional Cons-

tituinte, visando a que se possa encontrar o caminho mais correto, o caminho mais certo para o futuro desse país, no que toca a mineração nas terras indígenas.

P _ O senhor acha que, por exemplo, se esse fragmento do artigo fosse suprimido, em termos de (.....) ainda assim o senhor também ia pedir acordo?

JOSÉ DUTRA _ Ainda sim, porque restaria apenas o artigo 52, se não me falha a memória, do projeto, que atribui à União a competência para legislar sobre mineração e sobre subsolo brasileiro, que pertence à União, então nós não teríamos regras definidas, para, vamos dizer assim, orientar a legislação complementar no sentido de se estabelecer a melhor linha de ação administrativa, visando o aproveitamento dessas reservas.

P _ Na última semana, o jornal "O Estado de S. Paulo" desencadeou uma campanha baseada em fontes (.....) do Conselho Missionário da Igreja Católica, em documentos do Conselho Mundial de Igrejas, de Genebra, que configurariam um complô internacional para impor ao Brasil um conceito de soberania estritamente visando à exploração de minérios na Amazônia. O quê que o senhor acha desse tipo de denúncia?

JOSÉ DUTRA _ Eu acho que esta foi a mais cruel notícia que tive nos últimos tempos à respeito da tentativa permanente de internacionalização da Amazônia. A primeira tentativa veio com a famosa (.....) amazônica, a segunda veio com Hermann (.....) através do Huddson Institut que queria alagar a Amazônia, e agora esta, que quer impedir que nós exploremos uma riqueza nacional, o que significa isso? Significa uma brutal interferência na soberania nacional, e as denúncias demonstram com clareza essa tentativa, e mais do que isso, demonstra e prova o lobby que se está procurando fazer, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, para se aprovar o texto da futura constituição, um dispositivo que vá ao encontro das aspirações e

dos interesses do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, e que aqui é representado pelo CIMI, e que lamentavelmente esse CIMI está aco- plado a I. Católica, à CNBB. Então eu entendo como uma brutal inter- ferência nos negócios brasileiros, como uma tentativa de impedir o nosso desenvolvimento, e a denúncia também é muito clara nesse par- ticular, porque a diretriz nº4, a (.....) do Conselho Mundial de Igrejas, diz que é fundamental se criticar permanentemente os atos do governo, visando o desenvolvimento da Amazônia, é dever dos seus missionários impedir a qualquer custo a construção de estradas de barragens, de hidrelétricas, de campos de pouso, de pastagens em qualquer região da Amazônia. Por último eu diria que a diretriz nº 4, ela visa também o estabelecimento de uma nação independente, dentro da Amazônia, nos territórios reconhecidos como terras indíge- nas; nos qualo Brasil não teria soberania nenhuma, eles é que di- tariam os rumos do desenvolvimento ou não dessas regiões. Então eu aproveito esta oportunidade para expressar a minha repulsa, o meu protesto, a minha indignação, e acima de tudo expressar a minha ca- pacidade de luta, vou usar da minha palavra, do chicote da minha voz para jogá-lo no dorso de todos aqueles que tentarem de alguma forma, ferir a soberania brasileira, e por outro lado impedir o de- senvolvimento da minha terra, o Amazonas, e da minha região, que é a Amazônia.

P- Deputado, como é que o senhor encara a questão indígena?

DEP. JOSÉ CARLOS SABOIA _ Toda minha preocupação em termos de luta política, de organização dos movimentos sociais, ela se deu sempre em função das questões agrárias, na orientação dos camponeses na luta pela reforma agrária. Agora, em determinado momento, no início dessa constituinte, houve uma pressão muito grande no sentido de que tivessem pessoas comprometidas comaas questões indígenas e tam- bém representantes do PMDB na subcomissão, aí eu recebi, devido

também devido ao fato da minha formação profissional, pelo fato de ser antropólogo e ter compromisso com toda essa questão das minorias, da questão indígena, eu recebi um convite da (.....) no sentido de que a gente criasse um espaço na subcomissão, para tentar fazer uma articulação. Uma articulação que levasse prá frente as reivindicações, as lutas dos índios, na tentativa de garantir os seus direitos na Constituinte.

P _ Como é que foi o (.....) dos direitos indígenas na subcomissão, até esse momento, que o plenário aguarda a última versão da comissão de sistematização, (.....)?

J.C. SABOIA _ Nós fizemos um excelente trabalho, num grupo de deputados ligados ao PT, ligados ao PDT, ligados ao PMDB, fizemos um excelente trabalho ao nível da subcomissão; e ligados ao PFL no caso do nosso relator, Alcenir Guerra. Fizemos um excelente trabalho ao nível da subcomissão, todas as reivindicações dos grupos indígenas, das populações indígenas apoiados por todas as instituições que estiveram aqui fortalecendo essa luta, serão aprovadas. São basicamente, o reconhecimento das diferenciações étnicas desse país; o reconhecimento de uma minoria étnica; direito à terra e direito ao subsolo. Então essa discussão à nível da subcomissão foi muito bonita, pela primeira vez nesse Congresso se teve a discussão ampla, com a presença dos índios (.....), e muitos especialistas que estiveram lá, mostrando o quê que significou todo o genocídio, o quê que significou todo o massacre da sociedade brasileira e do Estado, permitindo o genocídio sobre as populações indígenas. Na comissão temática da ordem social, foi um pouco mais difícil, mas consegui da mesma forma (.....) um texto. O texto foi aprovado pela subcomissão, ele foi reivindicado pelas populações indígenas. E acredito que o momento mais delicado está se situando agora, se nós vamos ter ou não condições de aprovar na comissão de sistematização a proposta que foi aprovada até esse presente momento;

se nós conseguirmos aprovar na sistematização essa proposta, eu não tenho dúvida nenhuma, que pela primeira vez na história desse país, os índios terão seus direitos reconhecidos, os índios serão reconhecidos, os índios contribuirão pelo reconhecimento da sociedade brasileira lhes fizer, contribuirão prá que essa sociedade se torne mais democrática respeitando os direitos das minorias, e impedindo que a gente continue silencioso perante todas as formas de destruição, (.....) genocídio que foi feito até então, com relação às minorias étnicas desse país.

P _ Nesse momento em que o plenário está prestes a receber a última posição da comissão de sistematização, está havendo uma campanha do Jornal "O Estado de S. Paulo", afirmando que há um complô internacional, visando impor à Constituinte a questão da soberania estrita, impedindo a exploração de reservas minerais em terras indígenas. O que o senhor tem a dizer sobre isso, e qual é a repercussão que o senhor acha que vai ter sobre o Congresso?

J.C. SABOIA _ Esse momento vai ser um momento difícil, nós esperávamos, nós tínhamos inclusive informações de que haveria uma campanha violenta, uma campanha muito forte com relação a toda questão da mineração, a todos os direitos, a todas as restrições que nós estávamos colocando com relação à exploração do subsolo, dos minérios no subsolo das terras indígenas. Agora, eu nunca esperava que a campanha fosse tão violenta, tão sistemática, e que um nome da imprensa, da grande imprensa se tornasse, assumisse o papel da imprensa marrom. A calhordice, a falta de respeito com a cidadania desse país, a impunidade, ela é consagrada na falta de veracidade, na falta do fato jornalístico. Não existe um único fato que seja substantivo nessa denúncia toda, feita pelo jornal "O Estado de S. Paulo", e o que se coloca, o que se vê claramente é o seguinte: existe uma estratégia, inclusive num determinado momento nos dá a sensação de ser uma estratégia militar, de órgãos de inteligência, coligados

aos interesses mais sórdidos da mineração, seja a nível de empresas nacionais, ou de empresas multinacionais, eles não aceitam de forma nenhuma que essa proposta que foi até aqui aprovada, que foi consagrada aliás, nos dois níveis da subcomissão das minorias e das populações indígenas, dos negros; que foi aprovada lá e foi aprovada na (.....); que ela seja sequer levada a plenário, que a gente tenha condições de discutir, então eles tumultuaram o debate. É uma outra forma de entreguismo, é um verdadeiro Plano Cohen; é simplesmente um golpe que está sendo feito nas instituições da sociedade civil; em cima de um documento que eles atribuem à Igreja, ao Conselho Mundial das Igrejas, ao próprio CIMI, eles fazem toda uma elaboração, eles tiram ligações, tiram conclusões, que em nenhum momento informou as preocupações daqueles que estão aqui lutando, sejam instituições, sejam os índios, sejam os constituintes que estão lutando por uma única coisa: o direito à sobrevivência dessas minorias étnicas, que prá eles não contam, não existe a possibilidade deles sequer reconhecerem a existência dessas minorias, dessas populações indígenas. E a segunda questão, é tão importante quanto esta: nós não aceitamos abrir mão da nossa soberania, em nenhum momento, nós aceitamos a crítica, a acusação, a lama que eles estão jogando em cima de nós, de que nós estaríamos propensos, (.....) no sentido de entregar essas riquezas (.....); exatamente o contrário, nós só aceitamos o apelo defendendo o interesse da nação, seja à nível das populações indígenas, seja à nível da soberania nacional, preservando essas riquezas naturais que significam para o futuro, a possibilidade de nós continuarmos existindo como povo soberano.

P _ Senador, ao seu juízo, como devem ser contemplados os direitos indígenas na constituição brasileira?

SEN. SEVERO GOMES _ A questão fundamental é de que os índios tenham

o direito à vida, à preservação dos seus bens, das suas terras, e precisamente, preservação da sua cultura. Em torno disso, há uma série de questões ligadas à atividade, ao seu isolamento, à ação da FUNAI, mas essa é a questão geral, que serve aos índios. O preceito que vinha sendo obedecido sempre, ou melhor, muitas vezes desobedecido, é de que nas terras indígenas as atividades econômicas só poderiam ser desenvolvidas pelos próprios índios, na sua agricultura e até na garimpagem; acontece que, com o avanço da garimpagem, da mineração, muitas terras indígenas foram objeto de exploração mineral, com licenças até concedidas de maneiras excusas: atestado da FUNAI de que determinada região não era território indígena. Daí a preocupação dos Constituintes, principalmente com relação à questão da mineração. Eu creio que o pensamento predominante no Congresso, é de que se nas terras indígenas houver bens fundamentais para o desenvolvimento do país, eles devem ser explorados; agora, serem explorados por empresas estatais que tenham ao mesmo tempo a obrigação de desenvolver uma política indigenista, porque a abertura dos territórios indígenas à mineração de empresas privadas sem essa preocupação, irá apenas continuar o genocídio que ocorre nesse país desde a sua origem. Nesse momento nós temos uma concentração grande de populações indígenas nessa fronteira norte, até porque foi o lugar que lhes sobrou, e nós vemos cobiçada pela mineração, porque é zona rica em cassiterita, ouro, e muitos outros minérios.

LADO 2

P _ Nesse momento, o jornal "O Estado de S. Paulo" está montando uma campanha, alertando que há um complô internacional, visando impor um conceito de soberania nacional restrita, e inviabilizar a exploração de riquezas (.....). O que o senhor acha dessa campanha, (.....)

SEVERO GOMES _ Eu acho que essa campanha não tem nenhum fundamento com relação às suas afirmações (.....) fundamentos. Eu estabe

leceria até uma cronologia: na medida em que aqui no Congresso as subcomissões começaram a definir a mineração na área indígena, restrita à ação das empresas estatais, imediatamente as mineradoras privadas conseguiram um enorme volume de licenças de pesquisa na área indígena. Surgiu um tumulto e o min. das Minas e Energia, Aureliano Chaves, suspendeu a concessão de licenças na área indígena, e também cassou aquelas que tinham sido dadas indevidamente. Nesse momento, as mineradoras imaginaram uma outra estratégia de ação, na medida em que tinha um Ministério que estava cumprindo corretamente com seu dever, inclusive a alegação do min. Aureliano é que cumpria as determinações do Presidente da República. Então eu entendo que essa campanha se insere dentro desse projeto, como? Inventaram um Plano Cohen da mineração para desmoralizar essa questão fundamental que cresce dentro da Ass. Nacional Constituinte, de que as empresas privadas não devem ter acesso à mineração nas terras indígenas, porque isso significará o genocídio. E qualquer cidadão, qualquer parlamentar com um mínimo de moralidade e responsabilidade, não pode vetar uma permissão dessa natureza.

P _ Deputado, o que o senhor pensa a respeito da questão da mineração nas terras indígenas?

DEP. OTÁVIO ELÍSEO _ Bom, eu sinto que essa Constituição nova não pode deixar de ter um capítulo definido, claro, preciso, com relação às nações indígenas, reconhecendo os direitos das populações indígenas sobre as suas terras e os recursos existentes nessas terras. Eu sou engenheiro de minas, mexi com mineração, comecei a trabalhar a questão ambiental e cultural, e acho que será efetivamente exterminador para as populações indígenas a atividade mineral predatória, sem qualquer tipo de restrição, pela própria natureza da atividade mineradora, e pela própria necessidade que a população indígena tem de proteger o ambiente físico com o qual essa população se relaciona

de modo cultural, de modo profundo. Como engenheiro de minas, eu tenho a maior preocupação com a atividade mineradora em terras indígenas. A minha posição quando eu vim para cá, para a Assembléia Constituinte, era de estabelecer restrições muito claras de não haver mineração em terras indígenas. Houve aqui um processo de discussão, de negociação, eu acho que a Constituição só vai sair daqui em dezembro, dentro de um processo de negociação; e nessa negociação se estabeleceu um critério: os recursos naturais em terras indígenas, e os recursos naturais de um modo geral, devem ser usufruto dessas populações indígenas, e caberá exclusivamente à União o aproveitamento econômico desses recursos, autorizados pelo Congresso Nacional, e dentro de critérios extremamente rígidos. Eu acho que a legislação ordinária deverá estabelecer parâmetros muito definidos, para se evitar que em nome de um desenvolvimento econômico, nós venhamos a exterminar o pouco que ainda resta das populações indígenas no Brasil.

P _ Quer dizer que o senhor julga que a formulação que está no relatório (.....) é uma formulação já negociada?

OTÁVIO ELISEO _ Ela é já uma formulação negociada e por isso acho que devemos assumi-la como decisiva, definitiva prá nós.

P _ Nesses últimos dias está saindo uma verdadeira campanha na imprensa, contra a Igreja, mas no fundo contra o direito (.....) na Constituição, o que o senhor tem a dizer sobre essa campanha?

OTÁVIO ELISEO _ Eu acho que é uma campanha que tem um endereço muito certo. A Assembléia Nacional Constituinte nesse momento está discutindo a soberania nacional sobre os recursos, o direito das populações indígenas também, de terem o seu espaço, aquilo que é fundamental para a sua sobrevivência. Essa campanha, na minha opinião ela deve levar ao exame claro e definitivo do que é denunciado dentro dela, mas nós não podemos deixar de entender o que está nas entrelinhas do que é colocado, é exatamente um enorme receio de que

se estabeleçam parâmetros para a ocupação da Amazônia, e eu não acredito em hipótese alguma, que o CIMI tenha levado a qualquer tipo de posicionamento que pensasse uma sub-soberania sobre as terras da Amazônia. Eu vi e participei de várias das emendas que foram apresentadas e todas elas reconhecem a soberania nacional e deixam inclusive sobre as terras indígenas, mas^o que não impede, como (.....) que as populações indígenas, respeitada a soberania nacional, tenham o usufruto daquilo que é fundamental para a sua sobrevivência que é a terra e todos os recursos nela contidos.

P_ O senhor acha que (.....) colocada pelo relator Bernardo Cabral quer dizer uma soberania restrita?

OTÁVIO ELISEO _ Em hipótese nenhuma eu acho que significa uma soberania restrita, acima de tudo o que a Constituição procura estabelecer é uma soberania irrestrita nacional, e a gente sabe que em vários aspectos, do mesmo modo que a população indígena estabelece sobre a sua, sobre as terras que constituem aquela nação específica, também nos temos em vários outros segmentos, por exemplo a questão das terras de fronteira, as regiões de interesse por exemplo, ambiental, em todas elas existem parâmetros restritivos, o que não significa diminuir ou colocar em caráter secundário a questão da soberania, ou estabelecer uma soberania restritiva.

P _ O senhor acha que essa campanha causou impacto entre os constituintes, podendo afetar o posicionamento das pessoas que não estão informadas sobre o assunto, e ficam talvez confusas?

OTÁVIO ELISEO _ Eu acho que é uma campanha eficiente. Ela sobretudo é produzida por um jornal de grande penetração, e que a partir dele tem seus desdobramentos, e pelos comentários que tenho sentido inclusive no plenário, ontem eu pessoalmente tive oportunidade de me referir a esse caso, o que nós entendemos é que teve seus efeitos, e é fundamental que os constituintes fiquem atentos à isso. Eu acho que a campanha abusa imaginando que o constituinte é inocente,

de entender que uma enorme campanha internacional pudesse ser feita a essa altura provando uma soberania restritiva sobre as terras da Amazônia.

P _ Quem que o senhor acha que está por trás dessa campanha?

OTÁVIO ELISEO _ Eu acho que é difícil identificar quem está por trás, eu acho que estão por trás todos aqueles que não vêem com bons olhos a importância de se respeitar a população indígena e sua cultura, e fundamentalmente aqueles que têm interesse econômico no aproveitamento predatório da Amazônia.

P : Deputado, como é que o senhor entrou na questão indígena na Constituinte?

ALCENI GUERRA _ Eu sou obrigado a reconhecer que o pensamento que eu tenho hoje é diferente do pensamento que eu tinha há alguns meses atrás. Quando eu fui indicado relator da subcomissão que tratava do assunto, eu tinha uma visão, realmente um pouco diferente, ao contato com as nações indígenas, com os órgãos que defendem os índios, eu me apercebi, ficou claro a tremenda injustiça que nós cometemos contra as populações indígenas nos últimos séculos. Se nós apontarmos por exemplo para um mapa, nós vamos ver que não existem mais índios no território brasileiro, e a primeira caravela que chegou aqui em 1500, encontrou um ponto cheio de índios no primeiro lugar que eles foram desembarcar. E essa disseminação, esse massacre que foi feito em cima das populações indígenas, foi feito sempre com a permissão do homem branco, e é preciso que nós coloquemos um fim agora nisso, radicalmente, na primeira oportunidade real que nós temos de fazer isso, que é a Assembléia Nacional Constituinte.

P _ A formulação atual do relatório da comissão de sistematização versão dois, basicamente contém aquilo que o senhor determinou na subcomissão, quer dizer, como é que o senhor vê a atual formulação dos direitos indígenas na Constituinte?

ALCENI GUERRA _ Continua praticamente igual desde o começo, porque eu tenho que ser humilde até em reconhecer que não é um trabalho meu das minhas duas mãos, foi feito com "n" mãos, que todas as entidades interessadas na defesa dos povos indígenas, como a Igreja, o CIMI, a Associação dos Geólogos, todos que se interessaram pela causa indígena, mais os parlamentares que são sensíveis à causa indígena, trabalharam em cima de uma proposta única. Essa proposta passou praticamente incólume até essa fase da Constituinte, em função de que ela representa o consenso dos que querem que se pare com o massacre contra as nações indígenas.

P _ Por que que essa proposta está sendo atacada agora?

ALCENI GUERRA _ Porque ela fere brutalmente os interesses de grupos empresariais que querem a exploração, principalmente mineral dessas áreas. E nesse ponto temos que fazer uma divisão de águas, ou nós ficamos com exploração mineral que vai trazer riqueza para algumas pessoas, ou nós ficamos com a vida das populações indígenas. São 230 mil índios no Brasil que não resistiriam a uma exploração comercial, industrial aberta, como se quer dar a algumas empresas nas terras dos índios. São poucas as nações indígenas, são poucos os índios, os interesses comerciais podem ser muito grandes, mas nesse momento é o momento de consciência do povo brasileiro, nós só podemos proteger as populações indígenas e os remanescentes dessas nações se nós formos radicais, não permitindo que em nome dos interesses empresariais de um pequeno grupo, se extinga toda a nação indígena no Brasil.

P _ O senhor tem algum comentário a fazer sobre o estilo dessa campanha que está sendo feita hoje contra os direitos indígenas?

ALCENI GUERRA _ Eu acho que ela se revestiu de um ridículo por um lado, porque trouxe à baila assuntos, miragens e coisas que não existem na realidade, e por outro lado nós temos que pensar seriamente em encaminharmos o autor dessa matéria para um hospital psiquiá-

trico, porque se formos levar à sério, profundamente o que saiu nessa matéria, nós vemos que quem a fez, quem elaborou sofre evidentemente, e eu falo isso como médico, de uma paranóia muito grave e não pode ficar escrevendo impunemente tamanhas besteiras e tamanhas inverdades, como se quis criar nessa fase contra o projeto que pretende estabelecer o direito à vida das populações indígenas.

P _ O senhor chega a arriscar um palpite de quem estaria por trás dessa campanha?

ALCENI GUERRA _ Eu não tenho nenhuma dúvida, por trás dessa campanha existem os interesses das grandes companhias mineradoras que querem explorar livremente os minerais que existem nas terras dos índios.

P : Senador, como é que o senhor vê até esse momento, antes da (... ..) do relatório da comissão de sistematização para (... ..) os direitos indígenas na Constituinte?

SEN. RONAN TITO _ Acho que nós teríamos que retornar um pouco, voltar um pouco no tempo, já de uns 3 anos prá cá, nós passamos a presenciar inicialmente no plenário da Câmara dos Deputados, como que uma preparação de luta para usurpar dos índios não só o seu habitat natural, mas também as riquezas que a terra acalenta e que armazena. Olha, em princípio eu devo dizer que achei que eram apenas dois ou tres deputados que estavam interessados em tirar votos e serem porta-vozes de algumas empresas, no entanto, agora, na comissão da Ordem Social, quando nós começamos a tratar do direito do índio, e que deveria ir em capítulo para o substitutivo, nós começamos a sentir de maneira agressiva, forte, a presença de empresas interessadas na mineração, com argumentos fortes, apresentando inclusive alguns documentários em vídeo-cassete, pressionando os constituintes para que se abrisse, que se escancarasse as terras dos índios, prá que eles pudessem minerar, e levar os seus lucros para fora do país.

Pois bem, resistimos na comissão, houve uma luta e eu devo dizer que todos os membros, membros de diversos partidos, do PDS, do PFL, do PMDB, do PT; todos compreenderam que em primeiro lugar, nós tínhamos a obrigação de preservar o patrimônio da humanidade que são os nossos irmãos índios, o seu habitat e a sua cultura, e o resultado foi extraordinário. E nós pensávamos que naquele momento cessaria pelo menos por enquanto a ação dos lobbistas, que até aquele momento tinha sido agressiva, qual não foi a nossa surpresa quando nós vimos, um embaralhado, um urdimento, um trabalho terrível de intrigas, de calúnias, de coisas que foram costuradas e para nossa surpresa, veiculadas num jornal de aparente seriedade, que é o "Estado de S. Paulo", fazendo denúncias que nem o mais crédulo dos homens é capaz de nisso crer. Pois muito bem, a ação dessas empresas interessadas em abocanhar esse tesouro que é a selva amazônica esconde, não pararam. Tentaram, tentaram, envolver o Conselho Mundial das Igrejas; será possível que quem leu um pouquinho, tem um pouquinho de consciência, não conhece o trabalho do Conselho Mundial das Igrejas? Tentaram, repito, tentaram colocar o CIMI em situação difícil, como se fosse uma empresa negociadora; quem não conhece no Brasil quem está interessado na causa indígena, não conhece no Brasil o trabalho do CIMI. E por fim, fizeram a tentativa, a mais perversa de todas, a pior de todas as tentativas; tentaram envolver a Igreja através da CNBB, de que estaria envolvida numa negociação. Por amor de Deus, nem, repito, o mais "crédulo" dos homens seria capaz de acreditar em tudo isso; mas cabe a nós que vivemos lá dentro da Constituinte, decodificar para o povo brasileiro o que está realmente acontecendo: interesse, e interesse de empresa multinacional, vem nesse momento tumultuar a Assembléia Nacional Constituinte para furtar, para usurpar do índio, do nosso irmão índio que nos antecedeu aqui no Brasil. E esse processo de furto nós sabemos que além de tirar dele, e tirar do nosso país as riquezas, pode levar

o índio ao extermínio. Tem gente que tem apresentado agora (.....
.....) nós sabemos pelas estatísticas, pelos estudos, pela História, que quando o português chegou no Brasil, os historiadores dizem que tínhamos 4 milhões de índios, outros diziam 6 milhões, quantos são os nossos irmãos índios hoje? 200 mil, 220, e nós que viemos poucos, descendentes dos europeus, que viemos poucos prá cá, eramos quanto e somos quanto hoje? Será que essas pessoas, nessa ganância terrível de lucro fácil e polpudo, quer realmente exterminar esse patrimônio humano, que são os nossos irmãos índios, essas nações índias, eu não posso permitir que isso aconteça sem uma denúncia, uma denúncia que tem que ser clara: estão querendo roubar, estão querendo mais do que tirar pirulito da boca de criança, estão querendo exterminar com os nossos irmãos índios, com as nações índias, estão querendo roubar do Brasil as suas riquezas. Mas fiquem seguros, a maioria dos parlamentares, dos constituintes tem compromisso com o Brasil, tem compromisso com os índios, tem compromisso com a nação brasileira e com o futuro dos nossos povos. Saberemos rechaçar essas calúnias, saberemos rechaçar essas inverdades, e saberemos no momento apropriado, banir do Brasil esses ladrões, esses usurpadores, que na sua ganância, na sua gula, não pensam nem mesmo na preservação dos nossos irmãos índios.

P _ Eu queria que voce falasse inicialmente, qual a posição do CIMI com relação à questão da mineração em terras indígenas.

ANTONIO BRAND _ Para o CIMI essa questão da mineração em áreas indígenas, ela se situa exatamente na preocupação que o CIMI historicamente tem com a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, então a exploração do subsolo em áreas indígenas, a nosso ver, ela tem que ser definida em função das comunidades indígenas, ou seja, da perspectiva futura (.....) futuro nessas comunidades indígenas. Pensando sempre que essas comunidades estão aqui pa-

ra ficar, que elas vão se desenvolver, elas têm um projeto histórico próprio, e para isso elas necessitam, elas têm que poder decidir sobre o uso que elas pretendem dar à riqueza que está no solo, e à riqueza que está no subsolo. Então todo posicionamento do CIMI nessa questão da mineração e da exploração de minério nas terras indígenas, ela tem como pano de fundo essa preocupação básica, ou seja, como essas comunidades pretendem e vão usar essa riqueza, tendo presente a sua continuidade histórica como povos que efetivamente são.

P _ E com relação a essa questão veiculada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", eu queria que voce colocasse alguma coisa à respeito das acusações que o CIMI vem sofrendo.

ANTONIO BRAND _ O CIMI está sendo acusado formalmente pelo jornal "O Estado", de querer restringir a soberania do Estado sobre as áreas indígenas, de querer dividir o país, e uma série de acusações na mesma linha. Evidentemente o CIMI não tem nenhuma proposta nessa linha, o CIMI não está propondo, não está proclamando soberania restrita, em momento algum e nem nesse momento da Constituinte. Evidentemente ao se formular esse tipo de acusação, na verdade se pretende camuflar uma realidade muito mais real, muito mais concreta e muito mais vital para os povos indígenas nesse momento, que é de fato a riqueza mineral que está aí; então na verdade, os acusadores pretendem é tirar qualquer empecilho à exploração indiscriminada da riqueza que há no subsolo, então atrás dessas acusações gratuitas e injuriosas, está claramente o interesse das grandes empresas de mineração que estão vendo que essa riqueza que está aí ela corre o risco de escapar de suas garras, e corre o risco de ficar definitivamente com as comunidades indígenas. Então (.....) está claro.

P _ Eu gostaria que o senhor falasse qual é a posição da CNBB, hoje com relação ao tema da mineração em áreas indígenas na Assembléia

Constituinte.

D. LUCIANO M. DE ALMEIDA _ A posição da CNBB sobre a mineração em áreas indígenas é clara, e acredito, de todos conhecida; aliás o CIMI tem sempre (.....) essa posição, lembrando que mais do que o minério, vale a vida do índio. Acontece que quando uma empresa exploradora de minérios entra nas terras indígenas, ela causa progressivamente o extermínio, praticamente o genocídio, e é nesse sentido que nós entendemos que para que o índio continue vivendo, se desenvolvendo plenamente, fazendo que a sua cultura possa cada vez mais marcar presença, ele precisa da sua terra, e precisa dessa terra em paz, sem a presença e a invasão das mineradoras. Portanto o critério para sabermos se é possível ou não fazer a mineração em terras indígenas é a (.....) vida do índio, isto é, o índio é que dá ou não condição de mineração enquanto que ele pode desenvolver a sua vida ou não com a presença das mineradoras. No entanto nós entendemos que o índio não é todo brasileiro, e que portanto, se houver uma questão de bem comum, por exemplo de interesse nacional, e quando só naquele lugar se encontrasse um determinado minério que não pudesse ser explorado em outras áreas, que aí, exatamente como privilégio da própria União, e com todas as reservas, todas as atenções, solitudes e garantias se poderia evidentemente entender uma exceção. Resultado: a posição da CNBB é à favor da vida do índio, dentro do contexto do bem comum de toda a nação, e por isso mesmo exclui essa concessão de licenças indiscriminadas, que começaram a atentar contra a sobrevivência dos 200 mil índios restantes no nosso país.

P_ Como a CNBB vai responder hoje, às acusações sofridas pelo CIMI pelo jornal "O Estado de S. Paulo"?

D. LUCIANO _ Com uma palavra simples, apelando pro direito à verdade. Nós reconhecemos que outras pessoas possam ter uma posição própria, diferente da do CIMI, mas o que não podemos aceitar é que es-

sas posições diferentes, elas sejam defendidas na base de uma ação difamatória, que deforma fatos, que forma e forja também a consciência na base de inverdades; e é por isso que em bem da verdade, em bem da causa indígena, em bem da imagem correta do CIMI, é necessário até recorrer a uma responsabilização penal daqueles que tão inconsideravelmente procuraram jogar na opinião pública, uma série de acusações infundadas e realmente injuriosas contra o CIMI, e aqui fica um testemunho em favor dos missionários do CIMI, que têm devotado a sua vida à causa indígena, à causa da evangelização. E aqui fica um testemunho muito sincero em favor dos missionários do CIMI, é grande o apreço por eles que devotam a sua vida à causa indígena, à causa da evangelização, nesse momento em que eles sofrem os ataques difamatórios das exploradoras de mineração e dos jornais que deram atendimento a essas difamações, evidentemente maior é ainda a necessidade de ver e testemunharmos em favor desses homens que ajudam a sobrevivência da causa indígena, ao pleno desenvolvimento da sua cultura e por isso mesmo contribuem para que a presença deles em nosso país seja uma resposta ao anseio que temos de verdadeira fraternidade.